



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 527/2021 TRE-PE/PRES

Disciplina o funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral de Pernambuco a partir do dia 1º de agosto de 2021.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TRE nº 362, de 17/03/2020, em especial no art. 18, que confere atribuição a esta Presidência para adotar medidas necessárias à garantia da saúde dos magistrados, dos servidores e dos demais colaboradores desta Justiça Especializada;

CONSIDERANDO a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução n.º 207, de 15 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a crescente queda na curva de contágio pelo novo coronavírus anunciada pela Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco no sítio eletrônico de acompanhamento do número de casos registrados, disponível em <https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br>

CONSIDERANDO a constante ampliação do plano de imunização do Governo do Estado contra a COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de permanecer garantindo a eficiência e celeridade da tutela jurisdicional nos processos de prestação de contas eleitorais, que, em face do disposto no art. 55, §§ 1º e 2º, da Resolução TSE n.º 23.607/2019, dependem do recebimento físico das mídias eletrônicas pelos Cartórios Eleitorais;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto na Recomendação n.º 101, de 12 de julho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, que orienta os tribunais brasileiros a adotar medidas específicas para o fim de garantir o acesso à Justiça aos excluídos digitais.

CONSIDERANDO, finalmente, as deliberações do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria n.º 215, de 7 de abril de 2021, para elaboração de plano de retorno gradual às atividades presenciais no âmbito da Justiça Eleitoral de Pernambuco;

R E S O L V E

Art. 1º A partir do dia 1º de agosto de 2021, e até ulterior deliberação, o funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral de Pernambuco dar-se-á de acordo com as regras dispostas nesta Portaria.

Art. 2º Os Cartórios Eleitorais e as Centrais de Atendimento ao Eleitor deverão funcionar, diariamente e no horário de costume, com o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 60% (sessenta por cento) da equipe na modalidade presencial, a critério do(a) juiz(iza) titular da unidade.

§1º Permanece vedado o atendimento presencial ao público externo, salvo, mediante prévio agendamento, para recebimento das mídias de prestação de contas eleitorais pelas zonas responsáveis pelo seu processamento e julgamento; para os casos de natureza urgente, a critério do magistrado; ou para atendimento dos excluídos digitais, assim considerados aqueles que não detêm acesso à internet e a outros meios de comunicação digitais e/ou que não tenham possibilidade ou conhecimento para utilizá-los, inclusive com tecnologia assistiva (Recomendação n.º 101/2021 -CNJ), limitados, nesse último caso, ao máximo de 24 (vinte e quatro) atendimentos por dia.

§2º O limite máximo de 60% previsto no caput não se aplica às zonas eleitorais que dispõem de apenas 2 servidores em seu quadro funcional, caso em que a autorização para comparecimento presencial fica restrita a apenas um deles.

§3º A extrapolação do limite máximo imposto no caput só será admitida em caráter excepcional, devidamente justificada pelo juiz(iza) eleitoral e autorizada pela Presidência do Tribunal.

§4º Mantém-se a preferência para realização de audiências no formato virtual, por ferramentas de videoconferência.

Art. 3º As unidades administrativas da Sede funcionarão com, no mínimo, 30% (trinta por cento) e, no máximo, 60% (sessenta por cento) da equipe na modalidade presencial, a critério do gestor máximo respectivo.

§1º Excepcionalmente, o gestor poderá requerer, mediante justificativa, autorização da Presidência para manter o funcionamento da unidade com servidores em número superior ao limite estabelecido no caput.

§2º A regra prevista no caput não se aplica aos Gabinetes dos Desembargadores Eleitorais, cujo funcionamento deverá ser definido pelo titular da unidade.

Art. 4º Para cumprimento do disposto nos arts. 2º e 3º, fica facultado ao gestor o estabelecimento de rodízio entre as equipes.

Parágrafo único. A partir de 1 de setembro de 2021, o rodízio será obrigatório para todos os servidores que não se encontrarem no regime de teletrabalho instituído pela Resolução n.º 380/2021 deste Tribunal, ficando retomada para estes, a partir de então, a aferição de produtividade, nos termos previstos no art. 10.

Art. 5º Cada chefe de equipe deverá apresentar, ao superior hierárquico, escala semanal contendo NOMES e DIAS em que os seus subordinados trabalharão presencialmente, bem como supervisionar o cumprimento da jornada por parte dos servidores.

Parágrafo único. Nos demais dias, os servidores não escalados pro trabalho presencial deverão continuar trabalhando remotamente.

Art. 6º Caberá aos gestores máximos das unidades diligenciarem para que o trabalho remoto seja autorizado, dentro dos limites impostos nos artigos 2º e 3º, apenas para o servidor que possuir, sob sua exclusiva responsabilidade:

I – computador próprio em perfeito estado de funcionamento, contendo as configurações necessárias à execução das atividades profissionais;

II – sinal de Internet com as especificações satisfatórias para o mesmo fim;

III – telefone ativado e disponível para comunicação durante todo o horário de expediente do Tribunal;

IV – discernimento para uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), do Correio Eletrônico Zimbra, do Processo Judicial Eletrônico e de outras ferramentas de trabalho eventualmente disponíveis;

V – possibilidade de comparecer presencialmente à unidade de lotação sempre que for convocado com, no mínimo, um dia de antecedência.

Parágrafo único. O servidor em trabalho remoto não fará jus a registro de tempo no banco de compensação.

Art. 7º Os servidores que estiverem trabalhando remotamente deverão exercer as suas atividades durante o horário de expediente regulamentar, com os meios de comunicação ativos ininterruptamente, cientes de que poderão ser acionados sempre que houver necessidade, inclusive para comparecimento presencial ao local de trabalho.

§1º Os referidos servidores devem registrar as suas atividades diárias em relatório do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e submetê-lo à homologação da chefia imediata, que se pronunciará a respeito até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da realização das atividades.

§2º cumprirá ao gestor comunicar a Diretoria-Geral, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, os casos de não cumprimento das regras do trabalho remoto por seus subordinados, a partir do qual será determinado o seu imediato retorno ao regime presencial.

Art. 8º Os estagiários deverão exercer as suas atividades de estágio remotamente, desde que exista viabilidade técnica, haja concordância entre os entes envolvidos e seja garantida a orientação do supervisor.

Art. 9º A Secretaria de Gestão de Pessoas manterá a configuração do sistema de frequência com abono (relatório previsto no § 1º do art. 7º) para os dias úteis.

§1º Independentemente do abono previsto no caput, nos dias em que estiver trabalhando presencialmente o servidor deverá registrar, no sistema de frequência eletrônica, os seus horários de entrada e de saída das instalações do Tribunal, cabendo à chefia imediata observar o cumprimento da jornada integral.

§2º Nos referidos dias, o tempo de trabalho eventualmente superior à jornada legal do servidor será registrado em banco para fins de compensação, respeitados os limites de 2 (duas) horas diárias e de 12 (doze) horas mensais.

Art. 10 A aferição da produtividade dos servidores em regime de teletrabalho, instituído pela Resolução n.º 380, de 17 de março de 2020, fica retomada a partir de 1º de setembro de 2021.

Art. 11 Recomenda-se a vacinação para todos os servidores, sejam efetivos, comissionados ou requisitados, bem como para os magistrados que se enquadrarem nos grupos autorizados nos Planos de Imunização das cidades onde exercem suas atividades, a fim de evitar uma possível infração de medida sanitária prevista no art. 268 do Código Penal Brasileiro, salvo nos casos em que houver justificativa de natureza médica que ampare a exceção.

Parágrafo único. A justificativa para a não vacinação a que se refere o caput deverá ser encaminhada à análise do Presidente.

Art. 12 Os casos omissos serão decididos pelo Presidente, após pronunciamento da Diretoria-Geral.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, ficando revogada a Portaria n.º 445, de 25 de junho de 2021.

Recife, 28 de julho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS FREDERICO GONCALVES DE MORAES, Presidente**, em 28/07/2021, às 16:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1577384** e o código CRC **C93E9194**.